


O SENTIDO DA HISTÓRIA E A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE EM RAYMOND ARON
THE MEANING OF HISTORY AND THE ETHICS OF RESPONSIBILITY IN RAYMOND ARON

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.029-008>

Romário Ney Rodrigues de Souza

Formação: Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (USP) (2021), possui mestrado em Letras: Linguagem e Identidade (2017) e graduação em história (2013) pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e Sociologia (2025) pela UniCV.

E-mail: romarioney.souza@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6260-9864>

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar dois temas desenvolvidos em Raymond Aron (1905 – 1983): o sentido da história e a ética da responsabilidade. Esses temas, ainda que se apresentem como conteúdos diferentes e distantes, estão imbricados no modo como Aron os concebe. Se, por um lado, o sentido da história não se reduz à criação de etapas de desenvolvimento para alcançar, por meio de leis da história, uma teleologia final, como Aron via no marxismo e na *intelligentsia francesa*, por outro, a ética da responsabilidade põe em relevância os atos dos indivíduos tecidos na história.

Palavras-chave: Ética; Sentido da história; Marxismo; Religião secular.

ABSTRACT

This objective article presents two themes developed by Raymond Aron (1905 – 1983): the meaning of history and the ethics of responsibility. These themes, although they appear as different and distant contents, are intertwined in the way Aron conceives them. If, on the one hand, the meaning of history is not reduced to the creation of stages of development in order to achieve, by means of the laws of history, a final teleology, as Aron saw in Marxism and the French *intelligentsia*, on the other hand, the ethics of responsibility highlights the acts of individuals developed in history.

Keywords: Ethic; Sense of history; Marxism; Secular religion.



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo traçar alguns aspectos do pensamento e do itinerário de Raymond Aron (1905 – 1983), filósofo, sociólogo e historiador francês. Não intencionamos explorar, exaustivamente, as obras e as múltiplas facetas do pensamento desse autor, pois, além das credenciais que o tornam uma figura importante na configuração da intelectualidade francesa, sobretudo como docente, Aron exerceu o papel de analista político num momento bastante conturbado na Europa. Enquanto jornalista, além dos muitos artigos que foram escritos como frutos das percepções e do pensamento forjados na crítica à intelectualidade francesa, pôs-se a analisar àquela que se punha na tradição da esquerda marxista.

Dessa forma, selecionamos dois temas que nos parecem fundamentais no pensamento de Aron, a saber: *uma ética da responsabilidade*¹ e *o sentido da história*. Estes dois temas, que não estão distantes um do outro, compõem dois recortes das ideias de Raymond Aron e estão inseridos em duas de suas principais obras: *L'opium des intellectuels*² e *Introduction à la philosophie de l'histoire*³.

Consideramos pontual destacar que, para Aron, o ato historiográfico – e os dois temas fazem parte dessa compreensão teórica – deve ser pensado para além de instâncias fechadas, o que o coloca em confronto direto com qualquer tipo de dogmatismo.

Nesse sentido, Raymond Aron produziu um material denso dentro das perspectivas da história, da sociologia e da filosofia. No entanto, apesar das variadas facetas e perspectivas teóricas desse autor, Aron ainda é pouquíssimo estudado pelos historiadores. Ao falar dos estudos da tradição francesa e alemã (o historicismo alemão), José Carlos Reis se refere a Aron como um autor que ficou “isolado na França” cujas obras são mais “mencionadas do que de fato discutidas” (REIS, 2006, p. 216).

Dessa forma, a problemática que orienta este artigo é levantada a partir da seguinte forma: de que maneira a recusa que Raymond Aron impetra a um sentido teleológico da história fundamenta a produção de uma ética da responsabilidade centrada na decisão individual? Parte-se da hipótese de que, ao recusar as possibilidades de qualquer filosofia da história cujo fundamento redunde em leis necessárias ou em uma teleologia última, Raymond Aron desloca o eixo da compreensão histórica para a ação e a responsabilidade dos indivíduos, concebendo a história como um campo aberto, plural e marcado por limites epistemológicos e morais.

¹ Esse conceito é fruto das nossas leituras e compreensões. Não há, nas obras lidas de Aron, essa expressão. Portanto, *ética da responsabilidade* é uma nomeação advinda das leituras da obra de Raymond Aron.

² O *Ópio dos intelectuais* é uma das principais obras de Raymond Aron. Escrita em 1955, a obra reflete um manifesto de Aron à esquerda marxista que se colocava ao lado das ações do regime soviético. Nestes termos, Aron analisa a categoria social “intelligentsia” para designá-la com as características de uma “religião secular”.

³ A tese de doutorado, defendida em 1938.



2 RAYMOND ARON: UM INTELECTUAL DAS IDEIAS E DA CRÍTICA

Raymond Aron nasceu em 1905 (mesmo ano do nascimento de Sartre) no seio de uma família judia e morreu em 1983. A vida de Aron e o que produziu enquanto intelectual liberal foi marcada pela história das violências das guerras e das ideologias do século XX. Era adolescente no período da Primeira Guerra Mundial e, já na Alemanha, em 1930, conheceu o terror da ascensão do nazismo, o que combateu de forma veemente, inclusive com armas. Vale ressaltar que, em relação aos totalitarismos, Raymond Aron é um dos primeiros autores, “ao lado de Élie Halévy, a comparar o estalinismo e o hitlerismo” (BAVEREZ, 2021, p. 18).

Assim, Aron se destaca como um árduo defensor das liberdades, razão pela qual, enquanto intelectual e produtor de inúmeras análises políticas, está filiado a uma escola francesa que abriga grandes autores da tradição de uma sociologia política como Montesquieu e Tocqueville. Aliás, nesses termos, é o próprio Aron quem afirma ser essa:

Uma escola de sociólogos pouco dogmáticos, interessados antes de tudo na política, que, sem desprezar a infraestrutura social, aceitam a autonomia da ordem política e tem ideias liberais (ARON, 1999, p. 264).

Como acadêmico dedicado que era, tendo obtido extraordinário sucesso nas etapas dos seus estudos, Aron frequentou as aulas de elite do *Lycée Condorcet*, foi admitido na *École Normale Supérieure* em 1924, em uma circunstância em que ela era a principal “*grande école*” da França; fez o exame de *agrégation* nacional em filosofia em 1928, ocupando o primeiro lugar nas posições (JUDT, 2014, p.194).

No tempo em que residiu em Berlim, de 1930 a 1933, em contato com as leituras de Max Weber e a fenomenologia de Husserl e Heidegger, Aron marcará seu completo distanciamento em relação às teorias idealistas e positivistas que dominavam a Sorbonne do seu tempo. Essas leituras darão o impulso para que o autor introduza, na França, o pensamento de Weber e os fenomenólogos citados.

Durante o tempo em que defendeu a tese de doutorado, a explosão da Segunda Guerra suspendeu temporariamente alguns de seus projetos acadêmicos, o que o impulsionou para o campo do jornalismo e para a elaboração de inúmeros artigos editoriais para o jornal *Le Figaro e L'Express*, além de outros jornais no período que marcou o pós-guerra.

Em 1954 foi nomeado para a cátedra na Sorbonne, para trabalhar com a sociologia. Em 1971, Aron foi eleito para uma cátedra no *Collège de France*. Desde então, nas palavras do historiador Tony Judt,

O progresso de Aron foi sempre bloqueado por uma aliança de facto de adversários de esquerda e de direita, mas foi mesmo assim eleito membro da *Académie des Sciences Sociales* (JUDT, 2014, p. 195).

Mesmo com os eventos traumáticos ocasionados pelo nazismo, Aron não se deixou abater na sua trajetória acadêmica⁴. A escrita de duas obras voltadas para a filosofia e a sociologia introduziram o pensamento e as ideias de grandes pensadores na França, tais como: Max Weber, Simmel, Husserl, Heidegger, e as obras são: *Essai sur une théorie de l'histoire dans l'Allemagne contemporaine (Ensaio sobre uma teoria histórica na Alemanha contemporânea)* e a sua tese de doutorado, *Introduction à la philosophie de l'histoire (Introdução à filosofia da história)*; as duas obras foram escritas em 1938.

Ao construir a tese de doutorado sobre seu *Introduction à la philosophie de l'histoire*, Aron está reagindo a uma forma de pensamento que é predominante no cenário intelectual francês: o *positivismo*. Havia outros que, à maneira de Aron, estavam elaborando outras formas de pensar a história sem as amarras do positivismo, como Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), autores e fundadores dos *Annales*. No entanto, o que diferenciava Aron de outros pensadores de sua época era, precisamente, que este não estava se desvencilhando de antigas escolas de pensamento, “mas envolvendo-as e desmontando-as no próprio terreno delas” (JUDT, 2014, p. 198).

Raymond Aron lançava seu argumento a partir das concepções de que o conhecimento histórico não pode ser desvinculado da posição e dos limites de quem o produziu, ou seja, há limites – epistemológicos – na objetividade histórica, e esses limites ocorrem pelas posições em que estão situados os indivíduos que se lançam nos estudos dos objetos. Nesse caso, “a consciência do lugar da pessoa no processo que ela tenta descrever e explicar tanto aprofunda quanto restringe o escopo de toda essa explicação” (JUDT, 2014, p. 197). Tais ideias foram de grande importância para o contexto, uma vez que a filosofia acadêmica na França não soava com tanta importância, se comparada com a Alemanha e a Áustria.

Ao apontar os limites da objetividade história e as posições da pessoa no processo, Aron buscava certo equilíbrio entre a razão e o conhecimento sobre o passado. Contudo, essa razão não é teleológica, com um fim último – *nem absoluto* – sobre a qual não se devem empreender energias. Dessa forma, sobre a dualidade do passado, Aron afirma:

Assim, um duplo conhecimento do passado seria possível, um lidando diretamente com a mente tal como é inscrita no mundo material, o outro com a consciência de uma pessoa ou grupo acessível por meio de tais objetivações; uma alternativa derivada não só da situação do historiador, mas também da estrutura essencial da realidade (ARON, 1986, p. 91).

Um dos fatores que redimensionou o seu olhar, enquanto intelectual, era a maneira displicente como se lia Marx, que, no olhar de Aron, fez com que o marxismo se tornasse objeto de intensos estudos e

⁴ Com a chegada de Hitler ao poder, Aron, que era estudante e lecionava na Alemanha, retornou à França e tentou convencer alguns de seus colegas, dentre eles, Sartre, sobre os últimos acontecimentos que o inquietava. Numa comparação, Judt aponta que a década de 1920, no caso francês, foi um período em que os intelectuais eram despolitizados. Já a década de 1930, os intelectuais demonstram um “engajamento frenético” (JUDT, 2014, p. 62).



investigações durante boa parte da sua vida enquanto pesquisador. É justamente por perceber que o marxismo agrupa um conjunto de problemas em relação às análises sociais que Aron se dedicou de forma ávida aos estudos sobre Marx.

Não se deve, na perspectiva de Aron, aplicar um sistema político ou social a uma adequação generalizante pelo simples fato de tê-lo localizada em um determinado contexto social e histórico, razão pela qual se opõe veementemente ao modelo político soviético que se apresentava “como um dispositivo para salvar a Razão-na-História ao preço da própria razão” (JUDT, p.207).

Raymond Aron só obteve certo reconhecimento depois de sua morte. Essa informação nos vem pela escrita do historiador Tony Judt, que, na obra *O peso da responsabilidade* e, especificamente no capítulo em que aborda o pensamento e a trajetória de Aron (*O insider periférico: Raymond Aron e as recompensas da razão*), destaca que as opiniões e os textos de Aron, quando da sua morte, foram elevados à “posição quase canônica em uma ampla faixa de opinião acadêmica, intelectual e pública” (JUDT, 2014, p. 193).

Enquanto pensador filiado a uma tradição liberal, “um incorrigível liberal” (ARON, 2016, p. 248), Aron expôs suas ideias e convicções “contra todas as tentações totalitárias da época” (JUDT, p. 193). É evidente que a exposição de tais ideias, especialmente diante de grupos que integravam a esquerda sartriana, o establishment acadêmico e a intelectualidade francesa, seria suficiente para que Aron fosse excluído pelos grupos de intelectuais dominantes, sobretudo quando este se mostra contrário aos atos desencadeados pelos manifestantes no maio de 1968.

Em muitos aspectos, tanto a esquerda quanto a direita, desprezaram as posições de Aron. No entanto, é pelo fato da esquerda ser dominante e possuir parte do monopólio da vida cultural na França, especialmente durante os tumultos entre os intelectuais dos anos 1950 e 1960, que Aron:

Foi uma espécie de exilado interno em seu próprio país; depois, a partir da década de 1960, quando suas previsões e análises sobre o comunismo, a URSS e seus países satélites se confirmaram, foi sendo reconhecido até obter com suas *Memórias* (1983) um êxito quase que unânime (LLOSA, 2019, p. 138).

A oposição de Aron às utopias revolucionárias que tomaram as massas do maio de 1968 passou a ser interpretada, sobretudo, entre grupos da esquerda, como uma filiação ideológica com o poder gaullista. No entanto, ao escrever *La Révolution introuvable: Réflexions sur les événements de mai* (A revolução indetectável: reflexões sobre os acontecimentos de maio), Aron deixa claro que, “além de não ser um gaullista, continuava não tendo as simpatias e as considerações do general De Gaulle” (LLOSA, p. 140).

Ao que parece, as preocupações de Aron estavam concentradas num entendimento de que era necessário manter a estabilidade e a ordem na França, ou seja, Aron não compactuava com as ideias que os revolucionários carregavam. Com isso, não se quer afirmar, como alguns desejam interpretar, que a manutenção da estabilidade civil venha significar a manutenção de qualquer regime político; ao contrário,

mesmo tendo simpatia geral com as críticas dos estudantes ao ensino superior, por exemplo, e sua repulsão às políticas autoritárias gaullistas, Aron “adotou uma linha absolutamente intransigente contra o movimento estudantil, seus apoiadores intelectuais e a perturbação pública que ele provocou” (JUDT, p. 212).

As análises de Aron estão imbricadas em um contexto do século XX denominado por Tony Judt como o “século do intelectual” (JUDT, 2011, 20). Esse contexto representa uma parte da história francesa onde os intelectuais da academia, homens e mulheres, autores em atividade, exerciam grande influência na formação da opinião pública, do espaço acadêmico e da política. A esse respeito, deve-se considerar, igualmente, que as filiações dos intelectuais ao engajamento político estão ligadas tanto aos dogmas políticos como ao domínio do discurso no espaço público. Nas palavras de Judt,

Enquanto essas generalizações abrangentes, fossem políticas ou éticas, balizavam o debate das políticas públicas, os intelectuais formulavam — e em alguns países dominavam — o discurso público. Nos Estados onde a oposição pública e a crítica eram (são) reprimidos, intelectuais assumiram de facto, individualmente, o papel de porta-vozes do interesse público e do povo, contra a autoridade e o Estado. Mesmo nas sociedades abertas o intelectual do século XX adquiriu certo status público, beneficiando-se não apenas do direito à livre expressão, como também da escolaridade praticamente universal nas sociedades avançadas, que lhe garantia um público (JUDT, 2011, p. 20).

É nesse aspecto que Aron demonstra certa inquietação com alguns intelectuais do seu tempo⁵. Para Aron, alguns intelectuais demonstravam pouco conhecimento e domínio daquilo que se propunham a falar. Quando falavam de “responsabilidade”, por exemplo, os intelectuais (da direita e da esquerda) se mostravam bastantes irresponsáveis na maneira como debatiam temas políticos e militares, especialmente quando se lançavam aos extremismos dogmáticos. Dentre esses intelectuais Sartre é, certamente, um dos mais figurativos nos embates com Aron.

Quando da publicação do *L’opium des intellectuels* (1955), onde o autor faz duras críticas à maneira como a esquerda engendrava e incorporava os seus mitos e ilusões, “o expuseram à réplica cruel e dolorosa de Sartre, que danificou severamente sua credibilidade perante a esquerda intelectual (...) e minou permanentemente sua autoconfiança pública” (JUDT, 2011, p. 105).

3 O SENTIDO DA HISTÓRIA E A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

Para Aron, uma elaboração teórica deve incitar a consciência da pluralidade, de objetivos e metas. Aron critica qualquer aparato teórico que, não levando em conta essas compreensões, favoreça

⁵ Para Aron, a intelectualidade francesa demonstrava grandes preocupações com a ideia de revolução, razão pela qual estavam sempre falando em revolução — “cristã, socialista, gaullista, comunista, existencialista” (ARON, p. 55). Além de Aron, outro autor que analisa o contexto dos intelectuais franceses é François Furet. Furet, na sua obra *“L’atelier de l’histoire”* (A oficina da história), destaca que o poder que os intelectuais exerciam sobre a sociedade francesa era tão extenso que o processo Dreyfus, a Frente Popular e a expansão do comunismo depois da guerra não podem ser compreendidos “sem o brilho que lhes deu a intervenção dos intelectuais” (FURET, 1980, p. 42).



interpretações únicas, absolutas, arbitrárias e partidárias – uma vez que tais caracterizações de modelos teóricos sucumbem os atos de escolhas das pessoas, além de construir uma perspectiva de mundo onde as coisas são determinadas, inclusive o passado.

Dessa noção de escolha, os indivíduos passam a responder pelos seus atos e ações, o que os vincula, na ótica de Aron, ao horizonte da responsabilidade, o que estamos denominando de a *ética da responsabilidade*. Tais ideias ficam claras nas suas próprias palavras, a partir da obra *Études politiques* (Estudos políticos) (1972):

A elaboração teórica, a meu ver, deve aguçar a consciência da pluralidade (de objetivos e motivações) e não favorecer a inclinação para a interpretação monoconceitual, sempre parcial e arbitrária (ARON, 1972, p. 196).

Os argumentos de Aron, sobre o que designamos de a *ética da responsabilidade*, que é também uma compreensão antimetafísica, não são sucumbidos nem por uma forma niilista de ser ou relativista no contato com o mundo. O indivíduo que é tecido na história e na produção da história é movido pela incondicional decisão de ser, ele mesmo, responsável pela história que assume. Nas palavras de Aron:

Pelo contrário, afirmamos assim o poder do homem que constrói a si próprio por meio da avaliação de seu lugar no mundo e da tomada de decisões. Só assim o indivíduo pode superar a relatividade através da incondicionalidade da decisão, e só assim ele pode tomar posse da história que carrega dentro de si e que se torna a sua própria (ARON, 1986, p. 420-421).

Esse horizonte da *ética aroniana* tem ressonâncias nas experiências e nas decisões que o autor assume diante dos debates que acaloraram o ambiente francês, especialmente no que tange à Guerra Fria. Mesmo em meio à comunidade intelectual da esquerda francesa, sendo Jean-Paul Sartre(1905-1980) seu principal representante, Aron não se diferencia tanto por suas ideias políticas,mas pela forma como traça o itinerário até elas.

Aron fez parte, por exemplo, do conselho editorial da *Les Temps modernes* juntamente com Sartre, Simone de Beauvoir e outros. Ou seja, Aron não foi um autor distante da comunidade de esquerda, no entanto, suas posições divergentes com esses intelectuais refletem a maneira como escolheu um itinerário diferente, sobretudo, calcado na visão teórica construída nos anos da sua formação⁶.

⁶ Durante a República de Weimar (1930-1933), nos anos finais, período em que faz seus estudos na Alemanha, e até que se voltasse para os estudos de Tocqueville e Montesquieu, Raymond Aron foi influenciado ativamente pelos autores alemães. Da leitura de Husserl, ele derivou a forma de sua filosofia da história. De Max Weber, sobre quem ele escreveu em alguns ensaios, desenvolveu sua visão complexa da relação entre entendimento e ação. Em desacordo com a variedade (durkheimiana) dominante da teoria social, sobretudo, com suas identificações de leis e processos “científicos”, Aron foi tocado pelo pensamento de Weber, especialmente sobre o tema da relação entre consciência e *escolha*, bem como a *responsabilidade* do cientista social quanto ao seu tema e a sua época. Conf. Judt, 2014, p. 203-204. É evidente que além desses autores, Aron investigou e foi influenciado por muitos outros.



A questão da ética, neste caso, significa que os indivíduos, ao tomarem posse, eles mesmos, de sua história, de seu destino, se oporiam à ideia que daria a certo grupo ou comunidade as chaves de compreensão do destino da história. É a essa visão totalitária da história que o autor se opõe. O que significa que a oposição à visão não arbitrária da história, ou o domínio do “coletivo”, como chaves que abrem os “segredos” da história, se reafirma contrária à universalização de qualquer história, sobretudo àquela que promete o futuro.

Essa ideia ética da responsabilidade dos indivíduos no modo como se inscrevem dentro da história e o que fazem com esta, para Aron, é fruto de sua compreensão de que a história é imperfeita, marcada por limites, ou seja, “toda causa histórica carrega consigo iniquidades” (ARON, 2016, p. 111).

Aron afasta, assim, qualquer lampejo de determinismo ou previsão dentro dos variados sentidos que a história possa carregar. Ao apontar a pluralidade nos acontecimentos e realidades humanas, o autor se insurge contra qualquer conhecimento que, ao se afirmar válido, intenciona constituir um caminho inevitável nas determinações dos destinos humanos. Não há leis que possa organizar a vida das sociedades rumo a uma conclusão radiosa.

A ética, que estamos denominando aqui de *ética da responsabilidade*, pretende deslocar a ideia de “missão escatológica do coletivo”, para afirmar as ações dos indivíduos na história. Aron chama essa atitude de *decisão*. Nessa lógica, os indivíduos não estão aferrados a atingir metas como produto de um determinismo histórico. Razão pela qual, para Aron, a decisão “deve ser tomada com referência à conjuntura histórica e não ao profetismo marxista” (ARON, 2016, p. 71).

A ética da responsabilidade exigia, segundo Aron, uma *decisão política* em relação às ideologias soviéticas. Isso demonstra a clara compreensão que autor tem de que os indivíduos são envolvidos nas circunstâncias históricas que eles não escolheram, no entanto, tal constatação não os faz se curvar diante de um determinismo histórico, uma vez que é impossível, pela imperfeição e os limites que os marcam, determinarem um sentido final para a história.

O autor opõe a noção de “consciência histórica” à ideia de “idolatria da história”. Enquanto a primeira nos remete ao respeito pelas incoerências e imperfeições, aos inúmeros fatos e às pluralidades que ocorrem no desenrolar da história, a segunda, como uma espécie de caricatura da primeira, se mostra com as pretensões de, aos poucos, “substituir os fatos brutos por significados ligados a um sistema de interpretação pretensamente definitivo” (ARON, 2016, p. 153).

Sobre as filosofias da história do tipo marxista, Aron faz as seguintes ressalvas:



As filosofias da história do tipo marxista ordenam o caos dos acontecimentos vinculando-o a alguns princípios simples de explicações. Situam no final de um movimento inevitável o cumprimento do destino humano. As classes obedecem aos seus interesses próprios, os indivíduos às suas paixões, mas as forças e as relações de produção fazem surgir, dessa mistura confusa, a procissão dos regimes, inexorável, mas também salutar, pois a sociedade sem classes marcará a sua conclusão (ARON, 2016, p. 153).

São esses pressupostos, os de achar que um grupo, classe ou partido, de posse dos segredos futuros, possam desvelar as etapas de desenvolvimento das ações humanas que leva Aron a criticar a esquerda francesa.

Tais motivos – o que justifica as reações da esquerda ao seu pensamento - estão bem localizados: Aron aponta que o conceito de esquerda, assim como o de revolução, não cairia em desuso, uma vez que os dois conceitos, de maneira similar, espelham uma “nostalgia que vai durar enquanto as sociedades forem imperfeitas e os homens quiserem reformá-las” (ARON, 2004, p. 50).

A aventura da revolução, nessa análise aroniana, tem como base o uso excessivo do otimismo. Por essa razão a ideia de revolução se constitui um mito. Um mito alimentado pela violência e pelo desejo de modificar as estruturas sociais e políticas. Assim, mito e utopia se entrelaçam, criam fascínios em torno do que pode e deve ser moldado e transformado.

A compreensão de Aron sobre a noção dos mitos engendrados pela esquerda – *o mito da revolução e o mito do proletariado* – está calcada na leitura do mito judaico-cristão sobre a salvação ligada ao povo eleito⁷. Nesse caso, a religião, eivada de paixões, é transposta para a política, a fim de que seja concluída com a salvação final por meio da evolução histórica.

Essa tese é sustentada igualmente por Karl Popper (1902-1994). Sobre as doutrinas historicistas, Popper afirma que não são exclusividades de Marx. O autor as encontra em Platão, Hegel, Stuart Mill e, quando se refere à antiguidade, Popper faz seguinte afirmação: “são ideias que parecem ter tido origem no Oriente; de fato, a concepção judaica do povo eleito é uma típica ideia historicista – a história tem um enredo cujo autor foi Jeová, enredo que os profetas podem em parte decifrar” (POPPER, 2008, p. 369).

Assim como há uma noção cristã da escatologia em relação à redenção daqueles que, não somente seriam salvos por causa do sofrimento e agruras da existência, mas deveriam levar a salvação para outros indivíduos há, no pensamento aroniano, uma identificação das semelhanças com o marxismo do seu tempo,

⁷ A noção de um “povo eleito” é muito explorada em outros autores. Isaiah Berlin (1909-1997), por exemplo, aponta que quando a história foi vista como uma sucessão de acontecimentos movidos por leis de desenvolvimento assumiu todas as formas totalitárias e violentas do século XX. As concepções de que por meio da realização das lutas pelos atores a história faria emergir as suas próprias soluções, culminando numa sociedade harmônica, Berlin nomeia de “*otimismo metafísico*”, para as qual não se encontram evidências na experiência histórica” (BERLIN, 2016, p. 43). O historiador francês François Furet (1927-1997), em seu texto *Le passé d’une illusion (O Passado de uma ilusão)* (1995), ao estudar o comunismo russo, aproxima as suas perspectivas de estudo com os autores anteriores, inclusive, na medida em que enxerga na ideologia comunista, além da “Razão histórica”, um componente religioso: a fé. Esta transforma a política numa crença. A questão levantada por Furet é a crença ou o mito de que existe uma espécie de missão para calcular as transformações sociais pelos atores em cena, e o suporte que sustenta o mito é justamente a crença no “imbricamento de épocas históricas sucessivas” (FURET, p. 15).



além dos sentimentos que sedimentavam as utopias daquilo que o autor designa de “*religião secular*” (ARON, 2016, p. 205).

Aron não intenciona desqualificar o marxismo, uma vez que o aparecimento e ressurreição das crenças seculares como molduras científicas são absorvidas facilmente pelos os “espíritos de fé” (...) “o mito se transfigura em verdade” (ARON, 2004, p. 51). O que seduz nesse pensamento é o fato de que, dentre outras coisas, o marxismo produz um conjunto de crenças com feições científicas, razão pela qual atrai inúmeros indivíduos nutridos de fé. Essa assertiva é muito bem explicitada na obra “*O marxismo de Marx*”. Aron enxerga nos textos do jovem Marx (1841-1847-48) – o que lhe parece essencial – não somente a história como portadora de uma missão, mas “a relação entre um devir necessário e a ação humana” (ARON, 2005, p. 69).

Nesses termos, Aron observa dois fatos importantes que caracterizavam a esquerda do seu tempo: 1) a exaltação do proletariado não se constitui um fenômeno de caracterização universal, mas parte de um provincianismo francês; 2) nos espaços onde dominava a “Nova Fé”, o culto é dirigido mais ao partido do que ao proletariado. A isso, soma-se outra constatação: nas fábricas, onde ocorria a ascensão de operários à condição de melhorias (pequeno-burgueses), estes deixavam de ser objetos de interesse dos intelectuais “e não se interessavam mais por ideologias. A melhoria das suas condições de vida tira deles o prestígio da desgraça e os afasta da tentação da violência” (ARON, 2004, p. 51).

As conclusões de Aron em relação aos “proletários” – *os redentores do coletivo* -, por exemplo, é que havia muitos indivíduos que não se identificavam com as classes, razão pela qual as noções revolucionárias partiam mais dos dirigentes, em vez dos proletários.

Nesses termos, é importante ressaltar o ceticismo de Aron em relação à composição da *filosofia da história marxista*, uma vez que as noções que circundam a teoria de Marx transbordam numa compreensão do destino humano, marcado por uma teleologia, ou, nas palavras de Aron, “*les théologies sécularisées de l'histoire*” (as teologias secularizadas da história) (ARON, 2004, p. 153).

Fica clara, na crítica de Aron, a distância entre o modo como Marx era lido e interpretado na França e as teorias do próprio Marx, e que, tais pressupostos desembocavam na inevitabilidade da composição interpretativa que emoldura o pensamento da esquerda francesa. Esse composto de ideias é criticado por Aron justamente quando este percebe que a história passa a ter um sentido último. A história passa a ser calculada pelos grupos que entendem possuir as chaves do seu destino. Um destino moldado por uma filosofia que pretende ordenar o caos, movido por leis históricas de desenvolvimento. Aron nega, peremptoriamente, a existência de leis que possibilitem o salto para um futuro glorioso.

Fanáticos por esperança ou por desespero, os revolucionários continuam a raciocinar sobre um futuro inevitável, um futuro que eles são incapazes de descrever e que pretendem anunciar. Lei nenhuma, humana ou inumana, organiza o caos rumo a um resultado, radioso ou horrível (ARON, 2004, p. 178).

A crítica que Raymond Aron levanta volta-se ao modo como o sentido (unívoco) da história passa a ser dominado como horizonte hermenêutico ideal, em vez de atribuir à pluralidade de sentidos como limites do saber e da incapacidade de redimensionar a história (com toda a sua complexidade) dos indivíduos – ainda mais quando tais sentimentos são alimentados por grupos partidários ou por ideólogos que mantinham estreita relação com as ideias do Partido Comunista⁸.

Esse discurso, alimentado pelos sentimentos e paixões que atravessavam a linguagem da esquerda francesa, é descrito por Aron da seguinte forma:

Seguros de conhecer antecipadamente o segredo da aventura inacabada, eles veem a confusão dos acontecimentos de ontem e de hoje com a pretensão do juiz que domina os conflitos e soberanamente distribui louvores e censuras. A existência histórica, tal como autenticamente vivida, opõe indivíduos, grupos e nações em confrontos pela defesa de interesses ou de ideias incompatíveis. Nem o homem contemporâneo nem o historiador podem, sem reservas, afirmar que a posição de uns e de outros é certa ou errada. Não que ignoremos o bem e o mal, mas ignoramos o futuro, e toda causa histórica carrega consigo iniquidades (ARON, 2004, p.129).

O caráter indissociável da posição sociológica com o “homem de ação” é, na análise aroniana, elemento fundamental do pensamento de Marx, sobretudo pela perspectiva contraditória que o capitalismo tende a demonstrar, bem como de sua autodestruição – razão pela qual os indivíduos são incitados a fazer alguma coisa em função do destino já traçado (ARON, 2004, p.130).

Na interpretação aroniana, as observações que Marx fez do presente são resultados das contradições do seu tempo e, ao fazer a transposição para todo o desenrolar da história passada, absolutiza a própria história, uma vez que o historiador, o jurista ou o sociólogo não descobrem o sentido holístico da história, tão pouco a apreendem no seu sentido último (ARON, 2004, p. 100).

Aliás, entre a distância que marca as experiências dos indivíduos e a “ressurreição estabelecida pelo historiador”, aparece o risco da arbitrariedade, uma vez que, nas concepções aronianas, a reconstituição histórica comporta um caráter inacabado, pois não referencia todas as relações nem absorve todos os significados.

Para Aron, as condições de possibilidades da constituição de um sentido para a história é um empreendimento inútil. Não há nenhum mecanismo, exceto os sentidos que serão interpretados a partir das instâncias das leis e das instituições, ou seja, como frutos dos atos dos indivíduos, que possibilite o

⁸ Além de Sartre, Aron travará alguns embates com Merleau-Ponty. Ainda que posteriormente, ao contrário de Sartre, tenha voltado atrás quanto às validações de atos de terror praticados pelo sistema jurídico soviético, Merleau-Ponty, em seu livro *Humanismo e terror*, foi conivente com esses atos em nome da “verdade essencial” da luta de classes e do Partido Comunista como representante e vanguarda do proletariado. Conf. Llosa, 2019, p. 144.



assentamento de um sentido último para a história. Uma vez que os acontecimentos se modificam, assim como os atos dos indivíduos no interior de cada sociedade, os sentidos, inapreensíveis como são, acompanham as modificações a partir dos conjuntos dos acontecimentos, impossibilitando, assim, a atribuição determinante à *totalidade* histórica.

O apego ao idealismo da história, de cunho dogmático, rejeita os papéis específicos que os indivíduos exercem dentro das sociedades complexas. Nessa lógica, é inimaginável que o historiador esgote os múltiplos sentidos que atravessam as sociedades nas suas conjunturas particulares e a condensação dos fatos sobrepostos. Há, no pensamento aroniano, o entendimento de que existe uma reciprocidade entre os elementos que constituem as diversas sociedades – que as entrecruzam num conjunto das relações - no entanto, não como totalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do exposto, procuramos mostrar, num primeiro momento, o lugar de importância que assume o historiador Raymond Aron, autor de ideias plurais e variadas no seio da intelectualidade francesa. Contudo, um autor que, pelas ideias que defende e as críticas erguidas à intelectualidade da esquerda francesa, especialmente no período do Pós-Guerra, sofreu o peso da excomunhão de parte dos seus antigos colegas da Universidade.

O contexto histórico europeu vivia um clima de tensões, fraturas políticas e incertezas. Contudo, em meio a essas incertezas havia um horizonte de interpretação elaborado pelos simpatizantes do modelo soviético que estrapolavam, na perspectiva de Aron, as linhas da racionalidade. Essas interpretações davam à história um sentido último, radioso e messiânico.

Das ideias de Aron, destacamos com maior ênfase dois temas: o *sentido da história*, que é um tema explorado pelo autor, e o que, a partir das nossas percepções, designamos, neste trabalho, de *a ética da responsabilidade*. Como dito no início, entendemos que os dois temas estão interligados, pois, ao negar qualquer sentido unívoco e teleológico para a história, como uma espécie de linguagem mágica, Aron atribui aos indivíduos a responsabilidade pelas suas ações numa clara contraposição aos ideais coletivistas.

A crítica de Aron é, notadamente, dirigida à intelectualidade francesa que dava à história um sentido teleológico. Nesse caso, o proletariado eleito, tendo em vista o estado de opressão, tinha a missão de converter a história na grande aventura que culminaria na redenção final. Ao designar de “*escatologia marxista*”, Aron afirma que a missão atribuída ao proletariado como salvador coletivo tem origens judaico-cristãs, uma vez que tal missão resultaria na irrupção do reino da liberdade (ARON, 2016, p. 61).

A partir dessas considerações, os campos que buscamos demarcar neste estudo são os seguintes: a) “os homens de igreja e homens de fé” – uma designação de Aron aos grupos que imaginavam deter o domínio do desenrolar da história – absolutizavam a história, dando a ela um sentido final. Aron parte da

crítica de que os indivíduos não podem captar o sentido último da história, uma vez que as contingências e as imperfeições que marcam os atos dos indivíduos em circunstâncias não dimensionadas lhes obstruem tal conhecimento. Sendo as dimensões humanas plurais, o que impede qualquer tentativa de delimitar as linhas futuras da humanidade, “o sentido é inapreensível, pois muda de acordo com o conjunto considerado” (ARON, 2016, p. 113).

b) Nessa configuração, onde “os atos dos indivíduos se inserem em incotáveis conjuntos” (ARON, 2016, p. 120), Aron reafirma a pluralidade dos sentidos derivados de um ato, o que significaria os limites do nosso saber e a complexidade da realidade. Os sentidos que os acontecimentos históricos carregam não podem ser traduzidos num único sentido, como fruto de previsões ou determinismos, como apareciam no sistema hegeliano, por exemplo.

Os resultados deste estudo permitem entender, como um recorte epistemológico, o modo como Raymond Aron concebe e demarca o seu entendimento sobre a história. Diante desse entendimento, Aron postula uma atitude ética - que estamos chamando neste trabalho de a *ética da responsabilidade (decisão)* – com extensões políticas e epistemológicas.

No campo político, tomar uma atitude favorável e empática diante das experiências traumáticas soviéticas significa, para Aron, abrir mão da racionalidade. No aspecto epistemológico, Aron corroborava com o pensamento de Sartre a respeito de que se possa dar sentido à história, no entanto, pela incapacidade de determinar valores universais, o conhecimento histórico que os indivíduos possuem é insuficiente para dar um sentido/significado final à história, especialmente recorrendo à crença de um grupo eleito.

A partir dessas leituras, buscamos estabelecer um percurso de análise para compreender o modo como Aron entende a história, os seus sentidos e como as decisões que os indivíduos tomam diante das circunstâncias históricas. Na medida em que os indivíduos assumem suas ações como decisão no mundo, tal atitude os impossibilita de fazer previsões que determinem uma meta ou fim dentro da história. Eles podem, diante das incertezas e imperfeições, criar sentidos, no entanto, os limites que os circunscrevem, além de os tornarem responsáveis pelo que fazem, desabilitam qualquer tentativa de direcionar o desenrolar da história.



REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **Études politiques**. Paris, Gallimard, 1974
- ARON, Raymond. **Introduction à la philosophie de l'histoire**: essai sur les limites de l'objectivité historique (1938). Paris, Gallimard, 1986.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. – 5.ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- ARON, Raymond. **O marxismo de Marx**. São Paulo: Arx, 2005.
- BERLIN, Isaiah. **Uma mensagem para o século XXI**. Editora Ayiné, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016.
- BAVEREZ, Nicolas. O pensamento de Raymond Aron, ensaios e interpretações. In: **Raymond Aron, filósofo e combatente pela liberdade**. Editora Aster, 2021, Porto.
- FURET, François. **A oficina da história**. Gradiva, Lisboa, 1980.
- FURET, François. **Le passé d' une illusion**: Essai sur l'idée communiste au XX siècle, Éditions Robert Laffont, S.A., Paris 1995.
- JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido - 1901-2000**; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- JUDT, Tony. **O peso da responsabilidade**: Blum, Camus, Aron e o século XX francês. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- LLOSA, Mario Vargas. **O chamado da tribo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- POPPER, Karl. **Conjecturas e refutações**. Tradução de Sérgio Barth. – 5°.ed. – Brasília: Editora universidade de Brasília, 2008.
- REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. – 3. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2006.